

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Circularidade discursiva e reificação da retórica messiânica. Da transição agroecológica nos discursos da Nova ATER.**

Cleyton Gerhardt.

Cita:

Cleyton Gerhardt (2009). *Circularidade discursiva e reificação da retórica messiânica. Da transição agroecológica nos discursos da Nova ATER. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/568>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Circularidade discursiva e reificação da retórica messiânica

*Da transição agroecológica  
nos discursos da Nova ATER*

*Cleyton Gerhardt*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em ciências sociais aplicadas ao mundo rural. Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR-UFRGS). E-mail: [cleytonge@gmail.com](mailto:cleytonge@gmail.com). Endereço: Rua Jerônimo de Ornelas, n.115, ap. 202 – Bairro Santana – Porto Alegre – RS/Brasil – CEP.: 90040341. GT 09: Desigualdad, vulnerabilidad y exclusión social <sup>2</sup> Considerando as mudanças ocorridas na última década na forma como pessoas que trabalham com extensão rural acessam artigos sobre o tema, não me furtei a trabalhar com textos disponíveis, em princípio, somente na internet, hoje ferramenta básica indispensável de acesso à informação (seja ela qual e de que qualidade for) não só aos que escrevem sobre extensão rural, mas, também, aos extensionistas que atuam diretamente junto aos agricultores.

## **Introdução**

Este artigo toma o texto da atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Brasil, 2004) -daqui para frente, Pnater -como eixo central de análise. Partindo da identificação das principais proposições, objetivos e diretrizes preconizadas nesta última mas dando ênfase inclusão do “paradigma agroecológico” como orientação básica -, procuro inicialmente trazer à tona o contexto institucional em que ela foi gerada. Paralelamente, recorro a publicações que embasaram tanto a formatação como seu conteúdo. Do mesmo modo, selecionei textos de autores que, após a divulgação do Pnater pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem feito uso instrumental sistemático deste mesmo documento oficial com vistas a referendar suas proposições acerca dos “caminhos” a serem seguidos pelas políticas de extensão rural<sup>2</sup>.

Num primeiro momento, descrevo como, no material analisado, há um padrão discursivo baseado num sistema classificatório dualista. Neste caso, há a necessidade de construir um panorama geral negativo sobre o extensionismo para, por contraste, propor outro cenário idealizado como intrinsecamente positivo. Disto, resulta um sistema classificatório dicotômico que serve, em última instância, como meio de dar coerência e inteligibilidade ao que é proposto. Depois, mostro como a retórica da “Nova Ater” na Pnater trás subjacente a busca pela purificação e descolamento desta em relação a uma imaginada “antiga Ater”. A seguir, descrevo o padrão discursivo tautológico, circular e auto-explicativa dos argumentos contidos na Pnater e “textos de apoio”, descrevendo, em seguida. Por fim, abordo o caráter messiânico da “orientação agroecológica” propugnada no texto da Pnater e nas publicações dos autores que embasaram sua redação final.

### **Da construção de nossos “inimigos” ao sistema classificatório dualista por trás da Pnater**

O ambiente reflexivo que marcou o pensamento sobre extensão rural na década de 1980 deu lugar, nos anos 1990, a críticas bem mais explícitas, sistematizadas e, sobretudo, normativas. A partir de 2003, parte das sugestões (no sentido de padronizar propostas de possíveis ações) advindas desse período foram incorporadas ao discurso oficial de órgãos governamentais, sendo a Pnater exemplo emblemático desse processo. Por outro lado, tomando o que foi escrito sobre extensão rural nos últimos 10 anos, uma característica básica salta logo aos olhos: o ataque permanente, a partir de um olhar reprovador e com tom de censura, ao trabalho pretérito das agências de extensão rural.

Em linhas gerais, tal procedimento pode ocorrer de uma forma explicitamente identificável - por exemplo, através de um tópico do tipo “Breve histórico da extensão rural no Brasil” (Sousa, 2005), - ou, então de modo mais pontual e diluído ao longo do texto. No caso da Pnater, encontramos ambos. Além desta conter um item chamado “Antecedentes históricos” (Brasil, 2004), seu conteúdo é permeado de alusões e avaliações tópicas (sempre negativas) sobre o passado da extensão rural brasileira como forma de distingui-lo do que, no texto, define-se como “Nova Ater”. Como veremos, esta surge no texto como redenção para as incorreções cometidas, por inferência contextual, por uma “velha Ater” já ultrapassada.

Tal reconstituição histórica, que nada mais é do que a presentificação seletiva de um contexto pretérito (ou seja, escolhemos a maneira, com que objetivo e o que vamos contar), encontra-se especialmente presente na caracterização do “modelo de agricultura”, do “padrão de desenvolvimento rural” e do tipo de atuação extensionista (em termos das metodologias de trabalho, perfil do público atingido, priorização das atividades etc.) implementado a partir dos anos 1970. Assim, nas publicações recentes sobre extensão rural, sejam quais forem os aspectos centrais discutidos, logo surgem citações sobre conseqüências negativas da “revolução verde”, “modernização conservadora”, “agricultura moderna”, “pacotes tecnológicos modernizantes”, “agricultura convencional”, “desenvolvimentismo”, “produtivismo”, “difusionismo”, “abordagem *top-down*” e assim por diante<sup>3</sup>. Como ilustra a Pnater, estes e outros termos derivados expressam hoje, para parte dos especialistas, pesquisadores, administradores e burocratas que escrevem sobre extensão rural, o resultado de verdadeiros pecados históricos cometidos não só pelos sucessivos governos do período, mas por instituições encarregadas de pensar e propor políticas públicas para o campo. Obviamente, entre os pecadores, órgãos de extensão rural pública e extensionistas do período ocupam lugar privilegiado.

Indicativo desta ojeriza àquilo que representam tais expressões pode ser visto através de adjetivações frequentemente a elas acopladas. Encontramos então alusões já banais na literatura aos “efeitos **perversos** da modernização”, “resultados **nefastos** da revolução verde”, “conseqüências **trágicas** das políticas desenvolvimentistas”, “efeitos **deletérios** dos modelos convencionais de desenvolvimento”, “**graves** falhas das práticas difusionistas”, “caráter **nocivo** da agricultura produtivista”, “efeitos **prejudiciais** do padrão convencional”, “adoção de metodologias difusionistas **domesticadoras**” e “práticas de intervenção **autoritárias**” (frases retiradas de Sousa, 2005; Gerhardt e Almeida, 1999; Caporal, 2008 e 2003; Caporal e Costabeber, 2003; e Caporal e Ramos, 2006). Em suma, ao falar sobre extensão hoje é preciso, antes de tudo, como o faz Souza (2005, p.70), apontar os “**erros** do serviço de extensão rural no Brasil cometidos ao longo de sua existência”, procedimento este presente no texto da Pnater<sup>4</sup>.

A maneira como especialistas em extensão rural escrevem se aproxima bastante do modo como extensionistas procedem ao intervir numa localidade rural qualquer: partem da retrospectiva histórica e do “diagnóstico” da situação e dos problemas (que depois tornam-se “desafios”) a serem enfrentados para, a partir disso, propor soluções<sup>5</sup>. Este padrão discursivo possibilita a visualização do que deveria ser combatido (daí a expressão “nossos inimigos” no início do tópico). Vejamos alguns exemplo.

<sup>3</sup> Como é de conhecimento dos iniciados em temas rurais, todas estas expressões são amplamente recorrentes nos textos sobre extensão rural.

<sup>4</sup> Como indicado acima, eu mesmo apontava, em artigo já citado, que as críticas surgidas na década de 1980 em relação à extensão rural seriam fruto de “constatações mais do que evidentes sobre as conseqüências **perversas** da **moderna agricultura capitalista** centrada na melhoria contínua das condições de rentabilidade e taxas de lucro elevadas”; e, mais adiante: “este repensar certamente surge a partir das conseqüências **perversas** do padrão de desenvolvimento vigente” (Gerhardt e Almeida, 1999, p.4-5).

<sup>5</sup> Apenas como ilustração, José Ribamar de Souza, em artigo para a ALASRU de 2006, o qual visava “avaliar as ações dos órgãos oficiais de ATER” nordestinos, apresentou trabalho intitulado “A extensão oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica”.

Ramos e Caporal (2006, p.4) elegem no trecho abaixo a conhecida “**modernização conservadora**” como alvo de suas críticas:

**esse modelo** (...) norteou a ação extensionista [e.] ao mesmo tempo, continua sendo **responsável** pela concentração da terra, pelo êxodo rural, pela baixa escolaridade no campo, pela redução da biodiversidade, pela poluição, pela contaminação dos alimentos, pela exclusão social, pela desvalorização do trabalho na agricultura, pelo empobrecimento no meio rural, entre outros problemas.

Já Caporal (2008, p.895), logo no resumo de outro trabalho, sustenta: “a **opção ecotecnocrática** do desenvolvimento sustentável [...], ao longo de décadas, não conseguiu superar os **malefícios** sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos engendrados pela **modernização conservadora** baseada nos **pacotes da Revolução Verde**”.

“Esse modelo” antigo e a “opção tecnocrática” atual indicam dois “responsáveis” (“modernização conservadora” e “pacotes da revolução verde”) por “malefícios” que assolam o país e, conseqüentemente, a identificação daquilo que devemos questionar e enfrentar, no mínimo, discursivamente. Mesmo quando reconhecemos eventuais méritos da “revolução verde”, “modernização conservadora”, “agricultura convencional”, “difusionismo”, “desenvolvimentismo”, “produtivismo”, “tecnicismo”, este serve mais para diminuir, por contraste, a importância de possíveis benefícios em relação aos prejuízos causados. É assim que procede Souza (2005, p.70). Num primeiro momento, reconhece: “não há dúvidas quanto à importância dessas alterações [na agricultura] e seus efeitos positivos sobre a economia brasileira. A **modernização** por que passou a agricultura possibilitou aumento de produtividade, contribuiu para maior inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional”; porém, logo no parágrafo seguinte, conclui:

por outro lado, não podem ser dissociadas desse mesmo processo várias **conseqüências graves** para a sociedade brasileira, dentre as quais podem ser citadas o acelerado êxodo rural, a concentração de terras e renda, a degradação ambiental, a violência no campo e na cidade (...). Várias análises demonstram que os **custos sociais** citados decorrem, principalmente, da forma como foi conduzido o **processo de modernização da agricultura** brasileira, **no qual tomou parte a extensão rural** (Souza, 2005, p.70).

Deste trecho, além da visualização do que deve ser rejeitado, importa reter por agora a alusão (voltarei a ela) de que “a extensão rural” teria sido “parte” causadora das “conseqüências graves” citadas, ou seja, o autor expressa o que é senso comum entre muitos de seus colegas: a “extensão rural” seria parcialmente culpada pelos “custos sociais” resultantes do “processo”. Este aspecto relaciona-se com o próximo tópico, onde mostro como, na Pnater e “textos de apoio”, há esforço constante de construir a imagem da extensão rural pretérita como parte dos “malefícios” causados aos agricultores, “velha Ater” que, infelizmente, compactuou com “esse modelo”, como sugerido por Caporal, “responsável” por inúmeros infortúnios ao campo. Como veremos, este procedimento tem um objetivo discursivo claro. Mas sigamos.

Como disse, é recorrente no texto da Pnater este procedimento de, primeiro, tornar visível, nomeando explicitamente, aquilo que deve ser combatido para, em seguida, imputar-lhe a causa de “conseqüências graves” e “custos sociais”. Como neste trecho (os “inimigos” estão em **negrito**): “as crises econômica e socioambiental, geradas pelos **estilos convencionais de desenvolvimento**, recomendam uma clara ruptura com o **modelo extensionista** baseado na **Teoria da Difusão** de Inovações e nos tradicionais **pacotes da ‘Revolução Verde’**” (Brasil, 2004, p.5).

Recentemente, Diesel *et. al.* (2007, p.2) perceberam que tal artifício contrastivo esteve presente nas discussões “participativas”<sup>6</sup> que resultaram na Pnater: “**nos textos de apoio** à apresentação da Política Nacional recorre-se a estratégia didática de **contraposição** desta com as orientações dominantes no **período anterior** (a ‘Extensão Rural Agroecológica’ versus

<sup>6</sup> Devo abordar diretamente o processo dito “participativo” que envolveu as discussões prévias para a elaboração da Pnater num próximo artigo.

‘Extensão Rural Convencional’). Ao se referirem diretamente a Pnater, propõem um quadro onde colocam lado a lado estas duas “extensões”, sendo que os “indicadores” propostos demonstrariam “que as mudanças de orientação ficam bem evidentes quando se examina a **contraposição** das características do ‘velho’ e do ‘novo’ modelo de ATER” (Diesel *et. al.* 2007, p.3).

Apesar de não ser seu foco, em síntese, o que os autores identificam como “estratégia didática” vincula-se a uma característica intrínseca da Pnater e “textos de apoio”: ambos possuem um padrão argumentativo dualista. Assim, toda proposição traz um sistema binário de pensamento: “período anterior” – “período posterior”; “extensão agroecológica” – “extensão convencional”; “velho modelo de ATER” – “novo modelo de ATER”. Portanto, mais do que estratégia didática, este viés discursivo dicotômico é parte constituinte da maneira como os redatores da Pnater e textos afins elaboram seus argumentos, críticas e proposições.

Mesmo autores que pretendem dar enfoque crítico diferenciado às orientações da Pnater recorrem ao procedimento de traduzir e presentificar o passado visando contrastá-lo com o presente. É o caso de Fiúza *et. al.* (2007) - que estão entre as poucas vozes dissonantes em relação às “mudanças de orientação” citadas por Diesel *et. al.* (bem entendido, no circuito de publicações sobre extensão rural) -, as quais escreveram artigo intitulado “A politização da agroecologia: uma reflexão crítica”.

Também aqui encontramos um tópico específico chamado “A crise do modelo agrícola produtivista e a extensão rural de caráter difusionista” (Fiúza *et. al.*, 2007, p.24). Mesmo que seu objetivo seja criticar a “mudança de orientação de um modelo produtivista de intervenção para outro agroecológico”, como dizem as autoras na introdução, “este artigo apresenta, inicialmente, uma historicização da crise do modelo difusionista de Extensão Rural” (*ib idem*, p.23-24). A diferença em relação aos demais textos citados está é que, para estabelecer um contraponto ao “modelo agroecológico” - o qual pretendem “desconstruir” -, as autoras evocam o “modelo produtivista”. Neste esforço, chegam até mesmo a enaltecer este último ao relativizarem o que chamam de “generalização”: “não necessariamente a agricultura produtivista é sinônimo de destruição da natureza (...); nem, entretanto, a agroecologia é sinônimo de segurança alimentar”<sup>7</sup>. Todavia, também aqui encontramos um padrão argumentativo binário: para criticar “agroecologia”, recorre-se à “agricultura produtivista”.

Reparem, não estou pretendendo por em dúvida o fato de que as políticas para o campo nos últimos 40 anos acarretaram sérios problemas econômicos, sociais e ecológicos ou que agências de extensão e extensionistas não tiveram papel relevante. Ao contrário, friso

---

<sup>7</sup> Apesar de concordar com algumas críticas feitas por Fiúza *et. al.* (algumas delas, inclusive, reproduzidas aqui para reforçar meu próprio ponto de vista), discordo das autoras em certos aspectos de sua análise. Por exemplo, quanto à referência à suposta incapacidade de agriculturas “de base agroecológica” garantir segurança alimentar, e, sobretudo, em relação à sua avaliação sobre “ciência e técnica”. Embora corrobore suas críticas à “visão fatalista da técnica” por parte de vários propagandadores agroecológicos, vejo certa ingenuidade quando afirmam que a técnica “não decorre de uma conformação pela disputa de poder e riqueza dentro da sociedade”. Deixam com isso de considerar o contexto mais amplo de “poder e riqueza” em que técnicas são produzidas (quem financia a pesquisa, de onde vêm os cientistas que a produz, quais as principais demandas de pesquisa das instituições em que atuam, qual o grau de interferência de empresas privadas ou estatais nos rumos da pesquisa etc.). Ademais, o artigo, por vezes, possui um tom um tanto comportamentalista e espontaneista quando, por exemplo, se refere à “responsabilidade dos cientistas sobre as técnicas e tecnologias que produzem”. Como se cientistas, por eles próprios, tivessem o dom ou pudessem todos passar, como num passe de mágica, a “vislumbrar as possíveis conseqüências de seus experimentos” e “a considerar os riscos sociais de seus inventos”. Confesso-me cético quanto à efetividade disto ocorrer sem que haja mecanismos de democratização do acesso, controle social e regulamentação da produção científica feitas partir de avaliações, sim, que tenham caráter ético e político. Tal debate, portanto, extrapola o campo da ciência estrito senso e adentra na esfera dos valores morais que tendem a prevalecer em uma sociedade. Valores estes construídos histórica e coletivamente a partir de lutas sociais concretas protagonizadas por sujeitos reais (portanto, que envolvem o jogo pelo “poder e riqueza”).

apenas que, quando escrevemos sobre extensão rural, tendemos a estabelecer uma linha argumentativa que se caracteriza pela comparação entre uma situação concreta indesejável (seja anterior ou, como em Fiúza *et. al.*, atual) contrastada com outra situação ideal a ser alcançada num futuro vindouro. Ao seguir este padrão dualista, antes de indicarmos nosso ponto de vista, fazemos um diagnóstico sobre “erros”, equívocos, enganos, desacertos etc. já cometidos ou que estão sendo cometidos pelos órgãos e por aqueles que estiveram ou estão encarregados de planejar políticas de extensão e executá-las na prática.

Excetuando publicações como as de Fiúza *et. al.*, as quais desejam reprovar a inclusão do “modelo agroecológico” como orientação geral para políticas públicas de extensão rural, criticar “revolução verde”, “difusionismo” ou “agricultura convencional” permite purificar, de eventuais associações com o que representam tais expressões, o que será dito sobre a extensão rural que se desejaria ter ou “construir” (palavrinha muito repetida, mas, a meu ver, pouco respeitada). Com isso, críticas condenatórias como as aqui reproduzidas tendem a funcionar, num contexto enunciativo específico, como forma de conjurar (amaldiçoar) e expurgar (excomungar) aquilo que se quer reprovar. Como decorrência, antes de falarmos sobre extensão rural, geralmente começamos apontando tanto o que nos parece “errado” (em termos de ações, diretrizes, abordagens, metodologias) como indesejável (no que tange ao que não almejamos obter através destas mesmas ações, diretrizes etc.). Feito isso, ou, como diz Machado de Assis em Dom Casmurro, “ventiladas nossas consciências”, nos sentimos seguros (“limpos”?) para indicar caminhos a serem seguidos. Daí a prática, comum entre especialistas no assunto, de primeiro discorrer sobre estratégias de ação ineficazes, objetivos não condizentes, metodologias inapropriadas, diretrizes inadequadas, políticas ineficientes para, por oposição contrastiva, oferecer então o que lhes parece ser a melhor solução para tais inconvenientes.

Sinal claro desta busca por dizer o que seria eficiente, apropriado, conveniente e eficaz surge no uso recorrente da expressão “sucesso” da “Nova ATER” (abreviatura encontrada na Pnater que simboliza o conjunto das suas “orientações) em determinadas publicações, o que, por sua vez, pode levar à seleção e adoção de “indicadores” para “medir” o grau deste “sucesso”, como fazem Caporal e Ramos (2006), por exemplo. Aliás, sobre este ponto, cabe aqui uma rápida digressão: o fato de se propor “indicadores do sucesso de uma Nova Ater” (que merece um tópico específico dos autores) já exclui, em respeito à lógica básica, a possibilidade desta não ser bem-sucedida. Traduzindo, o “insucesso” não aparece como alternativa pensável. Trata-se apenas de medir o quão bem-sucedida está sendo a “Nova Ater”, aspecto que, curiosamente, aproxima seus defensores dos difusionistas da década de setenta, pois, para ambos, o “fracasso” não está entre as opções disponíveis.

Ademais, como “difusionistas” do passado, muitos “agroecologistas” de hoje que participaram da elaboração da Pnater, além de compartilharem “o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural” - retirado dos “antecedentes históricos” da Pnater (Brasil, 2004, p.4) -, parecem comungar de uma mesma convicta crença: os primeiros, de que estavam então e, os segundos, de que estão agora no caminho certo<sup>8</sup>. A despeito das décadas que os separam, suas certezas quanto ao teor da “missão” a ser cumprida os aproximam. Os resultados da primeira doutrina já foram contados, os da segunda, caso se efetivem, como propugnado na Pnater, serão traduzidos daqui alguns anos, quem sabe, por um “novo repensar” da extensão.

---

<sup>8</sup> Bem mais cauteloso e pragmático do que seus colegas parece ser Dal Soglio (2004, p.186). Este, tratando não de indicadores do sucesso da “nova Ater”, mas de “sensores” para medir sistemas produtivos, parte do reconhecimento “da sustentabilidade dos agroecossistemas [como] uma utopia e, da Agroecologia, [como] uma esperança de que estejamos no caminho correto, em direção à sustentabilidade. Para avaliarmos nosso progresso, devemos descobrir ‘sensores’ que possam indicar a direção da evolução dos sistemas que manipulamos, os indicadores de sustentabilidade”.

Voltando ao ponto central neste momento, tomemos Caporal e Ramos (2006) como mote ilustrativo do funcionamento de esquemas argumentativos dicotômicos baseados no contraste negativo-positivo, fartamente encontrados na bibliografia disponível. Neste pequeno trecho, os autores propõem: “a **nova orientação** opõe-se á prática histórica da Extensão Rural (...) **baseada na teoria da difusão de inovações**, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, tendo como objetivo a **‘modernização conservadora’ da agricultura**” (Caporal e Ramos, 2006, p.3).

Temos acima a tradicional identificação dos inimigos (“modernização conservadora”, “teoria da difusão”) e, em seguida, a proposição de uma solução alternativa, no caso, designada como “nova orientação”. A partir deste “novo” norte (ou sul), o texto apresenta às orientações (metodológicas, epistemológicas, educativas, produtivas etc.) propostas aos extensionistas. E quais seriam as bases conceituais dessa “nova orientação” para os autores? Basicamente, aquelas “preconizados na Pnater”: “padrão agroecológico”, “abordagem participativa”, “enfoque sistêmico” e “prática dialógica”. Seguindo a lógica contrastiva, este quarteto (cujo sinal dos seus componentes é positivo) encontra-se referenciado, tanto em Caporal e Ramos como no texto da Pnater e tantos outros, por um outro quarteto (este, com sinal negativo), cujos componentes designo aqui como: “padrão convencional”, “abordagem difusionista”, “enfoque cartesiano” e “prática paternalista”.

Retomando minha tese básica, tanto na Pnater como na produção perita que a “apoiou”, é possível identificar uma circularidade discursiva que tende a fortalecer suas proposições normativas. Primeiro, com base na invenção de um sistema de oposições binárias simplificadoras e, segundo, a partir de uma argumentação tautológica auto-explicativa. Dessa complementaridade circular e dicotômica consolida-se um conjunto de idéias-força supostamente fundacionais, representadas, na Pnater, pela fixação do quarteto “agroecológico-participativo-holístico-dialógico” como estruturador dos alicerces conceituais, epistemológicos, metodológicos e pedagógicos da dita “Nova Ater”. Este quarteto, contudo, só ganha sentido quando contraposto ao outro quarteto com o qual antagoniza, que chamei “convencional-difusionista-cartesiano-paternalista”. Em síntese, o primeiro, para ganhar sustentação como alternativa ao segundo, necessita sempre estar referido a ele, pois, se não o mencionarmos, o outro tende a se esvaziar de significado<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a Pnater expressa a materialização desse esforço de sistematização que aponta para o choque destas mesmas idéias-força (negativas versus positivas) de modo a compor organicamente orientações prescritivas que regulem os serviços de extensão rural, ou seja, que indiquem o que deve ser e o que não deve ser pensado, planejado, observado e executado. Como diria Bourdieu (1989, 2004, entre outros), tais idéias-força comporiam um “sistema de oposições pertinentes” cuja lógica subjacente implica a elaboração de “princípios de visão e divisão do mundo” a nossa volta. No caso, tal sistema classificatório encontra-se institucionalizado a partir de uma política pública nacional gestada no coração de um dos ministérios do governo federal. Estes princípios passam com isso a não poder mais ser negados. Podemos criticá-los, discordar ou resistir a eles, mas não mais simplesmente

---

<sup>9</sup> Originalmente, minha idéia inicial era problematizar, a partir do texto da Pnater, não só a inclusão da “perspectiva agroecológica” nesta última, mas também os outros três pares de categorias nativas (isto é, categorias adotadas, em suas publicações, por autores que escrevem sobre extensão rural), o que não foi possível devido ao espaço e tempo disponíveis. Assim, embora avançando já aqui em terreno movediço, ao analisar cada um dos pares que compõem os dois quartetos mencionados acima, pretendia partir desta distinção fabricada (e sintetizada no texto da Pnater) entre ambos os conjuntos de idéias-força com vistas à desconstruir sua aparente oposição fundacional ontológica. Em todo caso, minha intenção é, no futuro próximo, retomar este projeto inicial incorporando então parte do que discuto aqui neste texto.

esquecê-los ou ignorá-los. Fiúza *et. al.*, por exemplo, para “desconstruir” a “orientação agroecológica” da Pnater, precisam antes se apropriar de seus conceitos<sup>10</sup>.

Por outro lado, a Pnater e seus “apoiadores” contribuem para que dicotomias cristalizem-se como dadas, ou seja, naturalizando oposições do tipo “convencional x agroecológico”, “holístico x cartesiano”, “difusionista x participativo”. Esta lógica de pensamento (ou *habitus*, como queiram) proporciona um efeito mental reconfortante, pois nela tudo se encaixa, tudo pode ser explicado, enfim, passamos a ter ferramentas cognitivas que nos permitem estruturar como as coisas funcionam e, igualmente, identificar aqueles com quem desejamos nos aliar ou antipatizar.

Além disso, a relativa promiscuidade semântica e hermenêutica das categorias citadas confere plasticidade ao sistema, visto que podemos perfeitamente, a partir da divisão entre os dois conjuntos de idéias-força, opor “difusionismo” à “construtivismo”, “convencional” à “holístico”, “autoritário” à “participativo”, “cartesiano” à “dialógico”, “monocultural” à “sustentável”, “produtivista” à “agroecológico” e assim sucessivamente. Apesar da tendência atrativa maior entre duas categorias nativas específicas, elas são, até certo ponto, em geral intercambiáveis.

Resultado. Como são muitos os termos disponíveis caso desejemos nomear “bases conceituais”, se tomarmos a Pnater como referência, não seria difícil montar outros quartetos. Poderia, por exemplo, substituir “holístico” por “sistêmico” ou “multidisciplinar”, “dialógica” por “construtivista”, “participativo” por “democrático”, “agroecológico” por “sustentável”; o mesmo ocorre com termos análogos ou próximos ao outro quarteto, sendo possível trocar “convencional” por “produtivista” ou “monocultural”, “paternalista” por “autoritária”, “cartesiano” por “reducionista” ou “disciplinar”, “difusionista” por “indutivo” ou “inovador-tecnicista”. Embora estas noções sejam sinônimas, a confusão polissêmica e as interfaces de sentido, que acabam por esvaziar sua capacidade heurística. O que gera, por sua vez, o seguinte paradoxo: quando falamos ou escrevemos sobre extensão rural, dominamos muito bem o assunto que estamos tratando, mas, geralmente, temos muito pouco controle sobre as categorias explicativas que usamos para dele tratar.

Por sinal, será justamente esta flexibilidade que permite a construção de um modo de argumentação tautológico, que vemos em seguida. Ademais, é gritante, em parte das publicações sobre extensão rural, a banalização e oportunismo no uso de expressões como as citadas. Só que, cuidado, quando digo oportunista não é na sua conotação pejorativa, mas no sentido de algo que vai bem naquela circunstância ou, como se diz na gíria, “cai como uma luva”<sup>11</sup>. Nesse sentido, os dois quartetos iniciais devem ser vistos como recurso analítico, visto que os significados de muitas categorias presentes na Pnater e outras publicações se entrelaçam de tal modo que fica difícil precisar onde termina a abrangência de uma e começa a de outra. Poderia, por exemplo, propor “descentralização-centralização” como par representando outra idéia-força significativa. Contudo, em parte a orientação para ações descentralizadas já está contemplada na “abordagem participativa”, visto esta remeter a idéia de que tanto órgãos de extensão como extensionistas deveriam guiar-se pela horizontalização no processo de tomada de decisões. O mesmo poderia ser dito sobre “dialógico” e

<sup>10</sup> Aliás, eu mesmo, para explicitar o caráter dualista contido na Pnater, precisei antes me convencer do seu papel relevante no direcionamento das políticas de extensão rural atuais. Caso contrário, confesso que não me animaria a escrever este artigo, visto que, solidário que me sinto ao quarteto “agroecológico-participativo-dialógico-holístico”, não me arriscaria a debilitá-lo. Porém, tendo em visto que este conjunto de idéias-força adquiriu status de política pública oficial, portanto, com força institucional nada desprezível, decidi me aventurar e talvez arranjar algumas antipatias a mais.

<sup>11</sup> Em teoria musical seria como uma seqüência de acordes que, em certo momento, literalmente “pede”, “suplica” que a “tensão” criada anteriormente seja “resolvida” (tipo: “da subdominante Ré menor, vai pra dominante Sol7, que resolve na tônica Dó”).

“construtivista”, os quais, ainda que possuam pontos de contato, são conceitos com sentidos, amplitude e usos muito diversos<sup>12</sup>.

A garantia de coerência e o poder de classificar é potencialmente reforçado quando operacionalizamos categorias designativas a partir de níveis de grandeza, como quando Caporal opta “pela expressão agriculturas mais sustentáveis”, pela idéia de “desenvolvimento mais sustentável” (2008) e pela “mudança para práticas mais sustentáveis” (2003, p.7). Ora, se estendermos esta lógica para os pares “participativo-autoritário”, “dialógico-paternalista”, “agroecológico-convencional” e “holístico-cartesiano”, literalmente tudo poderá ser hierarquizado. Teríamos então agricultores, agriculturas, práticas, sistemas produtivos “mais ou menos agroecológicas” ou “mais ou menos convencionais”; poderíamos qualificar interações e relações entre extensionistas e agricultores como “mais ou menos dialógicas” ou “mais ou menos paternalistas”; instâncias e processos decisórios poderiam ser classificados como “mais ou menos participativos” ou “mais ou menos autoritários”, enfim, paradigmas científicos seriam “mais ou menos holísticos” ou “mais ou menos cartesianos”. E, aceitando-se a pertinência deste sistema classificatório, o próximo passo será escolher “indicadores” (de preferência, “objetivos”) que permitissem sua operacionalização pragmática, isto é, na prática cotidiana de nossas ações<sup>13</sup>.

Mas deixemos por ora este sistema de codificação sem esquecer de reter a característica que procurei descrever até aqui: ao escrevermos sobre extensão rural, antes de tudo, é preciso construir aquilo que desgostamos, nomear nossos inimigos, identificar seus erros para, daí, “construir” “novas orientações”, “novos enfoques”, “novas perspectivas”, “novos paradigmas” etc.

### **Retórica tautológica, circularidade discursiva e purificação da “Nova Ater”**

Por falar em “novo”, esta palavrinha remete a outro procedimento discursivo, vinculado a necessidade de distinção polar negativo-positivo, encontrado no artigo de Caporal e Ramos e também no texto da Pnater. Como no caso do termo “orientação”, a objetivação máxima dos esforços de purificação que visem contrastar “erros” cometidos com “soluções” propostas materializa-se na recorrência com que este adjetivo aparece nas publicações sobre extensão rural. Seguindo com o referido artigo, logo no início sentencia-se: “atuar, nessa **nova perspectiva**, requer (...) uma **nova postura** de trabalho, um **novo papel** e um **novo perfil** (...)”. No mesmo parágrafo, reconhece-se ainda que “entidades públicas” estariam tentando “adequar-se às proposições que orientam uma **nova prática** de ATER”; que haveria a “necessidade de adoção de **novos indicadores** para **medir o sucesso da Ater**”; e, mais adiante, seguindo um viés tautológico e uma padrão argumentativo circular, propõe, às “entidades de Ater (...), **novos desafios** (...) para qualificar os serviços de Ater numa **perspectiva inovadora**” (*ib. idem*, p.2-6).

Pelo que pude extrair da literatura acessada, Caporal parece ser o autor que mais faça uso da referência à necessidade de tornar “nova” a extensão rural. Em suas publicações anteriores como posteriores à elaboração da Pnater, a idéia de que estaríamos vivenciando

<sup>12</sup> De fato, pensando agora, só esta confusão semântica envolvendo algumas noções contidas na Pnater já daria um ótimo artigo.

<sup>13</sup> A partir do sistema de oposições pertinentes acima, são inúmeras as analogias que poderiam ser propostas. Apenas para ilustrar, o funcionamento deste tipo de hierarquização possui correspondência com o sistema classificatório que normalmente envolve, no senso comum, o par heterossexual-homossexual. Assim, sempre será possível dizer que uma pessoa é “mais gay” ou “menos gay” a partir de parâmetros ditos objetivos. Exemplo: no caso masculino, se sou considerado “efeminado”, sou “mais gay” do que aquele que se porta discretamente e com “sobriedade”; se uso roupas ou acessórios característicos do vestuário feminino, sou “mais gay” do que aquele que traja vestimentas consideradas como masculinas; se sou “ativo” sexualmente, sou menos gay do que aquele que é “ativo”; se sou bissexual, sou menos gay do que aquele que só tem relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo e assim por diante. Esquema classificatório semelhante é descrito por Bourdieu (2004) no caso das relações de gênero envolvendo o par masculino-feminino.

uma era “inovadora” no caso dos serviços de extensão rural aparece de forma exaustivamente repetitiva. Reproduzindo a todo momento invocações curtas e repetidas ao adjetivar inúmeras expressões com o termo “novo”, Caporal segue um padrão que lembra uma espécie de mantra, oração ou, no mínimo, um ostinato (frase curta repetida de forma persistente) em uma composição musical.

A recorrência à alusão de que estaríamos, no caso da extensão rural brasileira, diante de algo original é tanta, que, entre inúmeras outras, encontramos as seguintes passagens em textos escritos por Caporal: “o **novo processo** (...) de transição agroecológica”, “as **novas exigências** da sociedade”, “a **nova perspectiva** exige que o extensionista (...)”, “o **novo profissional** deverá ter a capacidade (...)”, “o **novo enfoque** para a ação extensionista”, “o **novo profissionalismo** (...) dos extensionistas”, “a **Nova Ater** (...), adotando um **novo enfoque, novos objetivos e nova metodologia**”, “**novos modos de aprendizagem e conhecimento**”, “**novas relações** entre agentes e beneficiários”, “**‘novo modo’ de fazer Ater**”, “profissionais (...) preparados para enfrentar os desafios da **nova realidade**”; “a Agroecologia fornece um **novo instrumental** aos extensionistas”; “**novas bases teóricas** para a extensão rural”; “**nova política** de ATER pública”; “**novo serviço público** de extensão rural”; “o que exige **nova abordagem** de desenvolvimento rural”; “**nova prática** extensionista”; “**nova forma de gestão** do aparato extensionista”; “**novo marco** para o extensionismo”; “para cumprir com esta **nova missão**”; “da ATER (...) se passou a exigir **novos compromissos**”; “para construir **novas relações** entre agentes e beneficiários”; “profissionais da Extensão Rural Agroecológica devem assumir **novos conceitos, valores e comportamentos**, ademais de **novos métodos**”; “com a clientela da **Nova Ater**”, (Caporal, 2003; Ramos e Caporal, 2006; Caporal, 2008). Não seguirei com as citações, apenas indico que, respectivamente, no primeiro e no segundo artigos citados, os quais possuem 16 e 23 páginas, as palavras “novo” e “nova” são repetidas 66 vezes num e 60 noutro.

Esta espécie de culto à “novidade” (sempre positiva e benéfica) também está presente na atual Pnater. De saída, o texto sustenta que o Estado “poderá oferecer um **instrumento verdadeiramente novo** e capaz de contribuir (...) para a construção de **outros** [termo mais suave, mas que faz a vez de ‘novos’] estilos de desenvolvimento rural” (Brasil, 2004, p.3). Mas há muito mais. Logo no início dos “princípios e diretrizes”, lemos que “os aparatos públicos de Ater terão que transformar sua prática convencional (...) para que possam atender as **novas exigências** da sociedade” (Brasil, 2004, p.5). Já o “modelo difusionista”, “estilos convencionais de desenvolvimento” e “pacotes da ‘Revolução Verde’” precisariam ser, respectivamente, “substituídos por **novos enfoques** metodológicos e **outro** paradigma tecnológico que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar **novos objetivos**” (Brasil, 2004, p.5).

E com esta frase entro diretamente no que vinha chamando de pensamento auto-explicativo. Reparem no padrão circular da frase acima: “novas exigências” conduziram a “novos enfoques” que, então, levariam a “novos objetivos” que, por sua vez, atenderiam as “novas exigências” e assim por diante. De modo similar, parágrafos antes encontramos outro enunciado que segue a mesma tautologia auto-explicativa. Lemos neste trecho que “esta **nova responsabilidade** da SAF/MDA ocorre justamente quando o **imperativo** socioambiental e as **novas exigências** da sociedade [voltarei a ambos no item seguinte] (...) determinam a necessidade de implantação de uma **renovada** (...) **política** de Assistência Técnica e Extensão Rural” (Brasil, 2004, p.3). Resumindo, segundo a frase, “novas exigências” demandariam “novas responsabilidades” que, por sua vez, acabariam por gerar uma “política renovada”, a qual, obviamente, viesse atender as “novas exigências” através de “novas responsabilidades”.

Mais à frente lemos sobre a necessidade de que a “Ater (...) adote uma **missão**, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste **novo processo**” (Brasil, 2004, p.6). Em seguida, enfatiza-se outra vez o contraste, asseverando-se: “ao contrário da **prática** extensionista **convencional** (...), a **Nova Ater** pública deve atuar

(...). E, no parágrafo seguinte, entende-se que esta “deve estabelecer um **novo compromisso** com os seus **beneficiários** [guardem esta última palavra] (...). Isto exige uma **nova postura** institucional e um **novo profissionalismo** (...)” (Brasil, 2004, p.6). E assim seguem referências à “adoção de **novos enfoques** metodológicos”, ao fato da “**Nova Ater** dever organizar-se”; aos “elementos-chave para o **novo serviço** de Ater”, aos “princípios da Agroecologia considerando a amplitude conceitual deste **novo enfoque** científico”, ao “estabelecimento de um **novo paradigma**”.

Nas 21 páginas da Pnater, “novo”, “nova” e “inovadora” são mencionados cerca de 30 vezes. Já no segundo parágrafo (obviamente, já indicando os primeiros inimigos) sentencia-se: “a **Nova Ater nasce** a partir da análise crítica dos resultados negativos da **Revolução Verde** (...) e dos **modelos convencionais** de Ater baseados no **difusionismo**” (Brasil, 2004, p.3)<sup>14</sup>. Em síntese, é como se a Pnater e demais artigos citados dissessem algo como: em meio aos vícios, erros, equívocos, pecados, enfim, à sujeira do passado (“revolução verde”, “modelos convencionais”, “difusionismo”, “produtivismo” etc.) nasce uma flor imaculada, no caso, uma “Nova Ater” purificada e não corrompida por estes “malefícios” (como costuma escrever Caporal) pretéritos. E, para depurar totalmente os serviços de Ater, o texto da Pnater propõe que também “instrumentos”, “objetivos”, “responsabilidades”, “políticas”, “processo”, “compromisso”, “postura”, “enfoque”, “serviço”, “profissionalismo” e “paradigma”, tudo deve ou precisaria agora renascer como “novo”<sup>15</sup>.

Por trás desta obsessão pelo novo, é possível identificar um viés quase religioso e, por vezes, catequizador não só no texto da Pnater, mas nas publicações sobre extensão rural que se aproximam de suas recomendações e determinações. Para começar, não por coincidência extensionistas possuem desde sua gênese, na década de 1950, como jesuítas e outras ordens religiosas, uma “missão” a ser cumprida. Ao ser explicitada na Pnater atual (cujo texto, seguindo com a analogia, representa uma espécie de bíblia ou texto sagrado a ser seguido pelos extensionistas), tal missão, mais do que um conjunto de funções a serem exercidas, confere aos seus representantes oficiais (novamente, os extensionistas) a incumbência de cumpri-la junto àqueles que seriam seus “beneficiários”, privilegiados que são por terem sido escolhidos para receber tal “graça”.

Porém, o outro lado deste viés evangelizador também está presente, pois, como vimos, é evidente na Pnater e no artigo citado a relativa demonização de certos enfoques, metodologias, desenvolvimento, revolução, agriculturas, modelos etc., aos quais são imputados todos e males “deletérios” (para citar Caporal e Ramos) causados. Só então, feito este trabalho condenatório, é que se parte para a sacralização da “nova orientação” redentora, não sendo à toa, portanto, que, de forma salvadora, se faça referência ao “nascimento” de uma “Nova Ater” imolada por uma “nova prática”, “nova agricultura”, “novo desenvolvimento”, “novo modelo” e, com a “transição agroecológica”, quiçá por uma “nova revolução” para aqueles que vivem no meio rural brasileiro.

Agora, com a “Nova Ater”, renascida “agroecológica” (e, como tentarei mostrar em artigos vindouros, “participativa”, “holística” e “dialógica”), seria finalmente possível nos libertarmos do velho, incômodo, indigesto, herético e indigno passado. Por trás da “Nova

<sup>14</sup> Mas Caporal e Ramos e o texto da Pnater não estão sozinhos nesta tautologia do “novo”. Com a elaboração do texto da Pnater, isso permitiu que seu conteúdo passasse a ser, literalmente, reproduzido por outros autores. É o que faz, por exemplo, Argileu Ramos (2006) quando escreve sobre “avanços e desafios” da “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil”. Nas nove páginas deste pequeno texto apresentado na ALASRU de 2006, que traz partes que são praticamente uma cópia da Pnater, encontrei os termos “novo”, “nova” e “renovada” sendo repetidos 21 vezes.

<sup>15</sup> Se incluirmos as referências ao texto de Caporal e Ramos, somam-se ainda a esta renovação: exigências, perspectivas, profissionais, metodologias, modos de aprendizagem, conhecimentos, relações, modos de fazer, bases teóricas, serviços públicos, práticas, formas de gestão, abordagens, métodos, marcos, missão, relações entre agentes e beneficiários, conceitos, valores e comportamentos, tudo “novinho em folha”.

Ater”, temos a reconfortante mensagem de que estamos diante de uma verdadeira e total refundação da extensão rural brasileira, onde literalmente tudo terá de ser original, puro e não contaminado pelos pecados cometidos nestes últimos 60 anos de extensionismo institucional. Contudo, para remir a culpa da “Antiga Ater” e libertá-la do passado impuro (o qual a “Nova Ater” recebeu de herança), é preciso antes recorrer ao artifício de personificar o mal, isto é, aquilo que devemos conjurar e contra o que devemos lutar.

Daí que, sob a tal “nova orientação”, tudo que puder ser - mesmo que de modo distante - associado à “Velha Ater”, ou seja, à “modernização conservadora”, “agricultura convencional”, “revolução verde”, deve ser completa e rapidamente eliminado, visto representar verdadeira vergonha ou vexame para aqueles que trabalham com extensão rural no país. Falar em “difusão tecnológica” então, nem pensar, sendo tal prática quase uma heresia. Ora, estabelecer esse tipo de oposição não só ajuda a fortalecer, mas consolida, por oposição, a idéia da urgência (Caporal, 2008, usa expressões como “urge” e “inadiável”) de nos redirmos perante um conjunto de princípios e atitudes que seriam totalmente “novos”, não corrompidos por práticas advindas de verdadeiras entidades “maléficas” e obscuras.

Todavia, tal procedimento não é exclusividade da Pnater em vigor e de seus idealizadores e defensores<sup>16</sup>. Argutamente, Delma Pesanha Neves havia percebido esta prática purificadora de apagar o velho visando impor o novo há mais de vinte anos, curiosamente, entre os então “arautos da modernização da agricultura”. Escreveu Neves (1987, p.343) então: “os sucessivos processos de modernização que se dirigem à agricultura fundam-se quase sempre num modelo de desenvolvimento que supere o ex-novo que se tornou tradicional. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando as ações e os pressupostos anteriormente dirigidos para a agricultura”. Ora, no caso da “Nova Ater”, poderia parafrasear a autora substituindo as palavras originais pelas em *italico*: “os sucessivos processos de *agroecologização* que se dirigem à agricultura *familiar* fundam-se quase sempre num modelo de desenvolvimento que supere o ex-novo [agricultura convencional, difusionismo, desenvolvimentismo, intensificação verde] que se tornou *moderno* [produtivista, tecnicista, autoritário etc.]. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando as ações e os pressupostos anteriormente dirigidos para a agricultura”.

Igualmente, embora não tenha sido seu objetivo naquele momento, o texto desta antropóloga ilustra como, também durante a “modernização conservadora”, planejadores de políticas de desenvolvimento já adotavam a linguagem do “novo” e da “ruptura” com passado. Para começar, o artigo inicia com o tópico intitulado “As políticas agrícolas e a construção da **‘nova’ ordem social**”. Em seguida, descreve Neves (1987, p.346):

no início da década de 70 começa a ser formulado **novo modelo** de desenvolvimento agrícola (...). Da perspectiva dos idealizadores da EMBRAPA, a criação desta instituição **representa uma ruptura** na forma como a agricultura é pensada (...). O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso (...) Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e na utilização da ciência e tecnologia (...). É nesse quadro em que se forjam as **novas políticas públicas**.

Como no outro trecho, neste também é possível, sem alterar a estrutura sintática e sem inconveniente lingüístico, adequar o trecho acima adotando noções e conceitos presentes na

<sup>16</sup> A despeito da massiva referência às “novidades” contidas na Pnater, Diesel *et. al.* (2007, p.4) mostram, ao contrário do que se tenta passar, que o exaltado “modelo para a nova ATER, especialmente no que se refere à orientação metodológica da ação extensionista, não é singular”. Conforme os autores, a primeiras iniciativas de “buscar uma ação extensionista dialógica” e de “experiências com investigação-ação participativa” datam, respectivamente, das décadas de 1970 e 1980. O próprio Caporal, no artigo que escreve com Ramos (2006, p.4), faz referência a “ações específicas e localizadas (...) de Ater” que, no passado, “traçaram um caminho diferenciado, tanto nos conceitos como e metodologias adotadas, como na prática experimental”.

Pnater. Assim, substituindo os termos originais, proporia título “As políticas de *extensão rural* e a construção da ‘**nova**’ ordem social” para, no corpo do texto, escrever:

no início da década de 2000 começa a ser formulado **novo modelo** de desenvolvimento *rural* (...). Da perspectiva dos idealizadores da Pnater, a criação desta *política* **representa uma ruptura** na forma como a agricultura é pensada (...). O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas *agroecológicas*, supõe a superação da *modernização conservadora* (...) Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e na utilização de *métodos participativos e enfoque sistêmico* (...). É nesse quadro em que se forjam as **novas políticas públicas**.

Vejam que o texto original da autora se referia à convicção não dela, mas de pesquisadores, administradores e extensionistas da época sobre o fato de que a eliminação da agricultura tradicional em prol da agricultura moderna representaria algo “novo”, positivo e “benéfico” para os agricultores. Afinal, os “textos de apoio” de então, produzidos pelos órgãos de extensão do período, são explícitos quanto à pretensão de contribuir para “melhorar a qualidade de vida no campo”. O que faz lembrar, no presente, a confiança extrema que o texto da Pnater e alguns artigos aqui citados passam a respeito, primeiro, “do sucesso” garantido da “Nova Ater” e, segundo, dos “benefícios”, para os agricultores, de transformar “uma agricultura moderna” numa “agricultura agroecológica”.

### **Personificação e reificação nos discursos sobre a “Nova Ater”: antigos fenômenos sempre presentes**

Se contextualizada, a reivindicação de uma completa renovação na extensão rural exercida no país não deixa de ser compreensível se levarmos em conta o que diz o texto da Pnater reproduzido parágrafos atrás. Afinal, considerando “o **imperativo** socioambiental e as **novas exigências** da sociedade”, tudo daqui para frente precisaria se tornar, obrigatoriamente, imaculado. De modo muito semelhante, esta retórica está presente em Caporal (2003, p.10), onde lemos: “o desenvolvimento sustentável exigirá (...) o conhecimento necessário para enfrentar os **novos desafios que o imperativo ambiental** cria para a agricultura e para as famílias rurais”. Segundo mesmo padrão, Caporal e Ramos (2006, p.4) afirmam: “**esse quadro** [de ‘certeza de que o modelo histórico da Extensão Rural, no Brasil, já não atendia às demandas da sociedade’] (...) **fez com que a sociedade brasileira optasse** por uma Nova Ater”.

Gostaria de iniciar este tópico discutindo algumas implicações desta tripla ênfase no “imperativo ambiental”, na “opção da sociedade” e nas “exigências da sociedade”. Notem: não há sujeito da ação presente, ou melhor, os sujeitos são: “o imperativo ambiental”, que determina, “a sociedade”, que opta por e “as exigências da sociedade”, que impõem uma “Nova Ater” e “novos desafios” aos órgãos de extensão e, sobretudo, aos extensionistas. Da mesma forma, é o “quadro” que “faz” a “sociedade brasileira optar”. Aqui, imperativo, exigências e quadro surgem como uma espécie de alienígenas personificados (conotação dada pelo uso dos artigos “o” e “as”), mas extrínsecos ao fazer humano, isto é, transmite-se a idéia de entidades atuando de modo independente e alheio as nossas vontades e atitudes. Sob esta lógica argumentativa, não há, de fato, saída a não ser aceitar tais imperativos, opções e exigências seguindo suas determinações. Além disso, segundo o velho Aurélio, o termo “imperativo” remete a “uma ordem que deve ser cumprida incondicionalmente”, sendo que, por inferência, quem estaria ordenando seria o “meio ambiente”; já no caso das “exigências”, a personificação é ainda mais nítida, visto que, afinal, seria “a sociedade”, como ente dotado de vontade própria, que estaria “exigindo” e “optando”.

Efeito determinístico inexorável parecido é conseguido quando Caporal (2003, p.2 e p.11) menciona a atual “crise sócio-ambiental” pela qual estaríamos passando e, como veremos no item seguinte, quando o autor e o texto da Pnater fazem referência a uma imaginária “transição agroecológica em curso”. Sobre a primeira, lemos no parágrafo que abre artigo: “a **crise** sócio-ambiental **gerada** pelos estilos convencionais de desenvolvimento e extensão rural **recomenda** uma clara **ruptura** com o modelo extensionista **baseado na**

Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da ‘Revolução Verde’”. Essa frase lembra-lhes algo? Páginas atrás, reproduzi aqui o seguinte trecho retirado do texto da Pnater: “**as crises** econômica e socioambiental, **geradas** pelos estilos convencionais de desenvolvimento, **recomendam** uma clara **ruptura** com o modelo extensionista **baseado na** Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da ‘Revolução Verde’” (Brasil, 2004, p.5). Ora, afora adereços ortográficos, os dois trechos são idênticos.

Mas, a despeito da colagem feita, poderia resumir a estrutura das frases da seguinte forma: “a crise gerada recomenda uma ruptura baseada na”; o que evidencia outra vez o viés circular já mencionado. Assim, “estilos convencionais de desenvolvimento” geraram “a crise”, que, por sua vez, “recomenda” uma ruptura com o quê? Com a “Teoria das Difusões” e com os “tradicionais pacotes da ‘Revolução Verde’”. Ora, mas não foi justamente a adoção desta mesma “teoria” e dos tais “pacotes” que conformaram os ditos “estilos convencionais de desenvolvimento” que, então, desencadearam uma “crise sócio-ambiental”, sendo justamente esta que estaria “recomendendo” um rompimento?

Em segundo lugar, como “o imperativo” e “as exigências”, a idéia de que “as crises” estariam determinando mudanças implica um duplo fenômeno só aparentemente contraditório. Por um lado, há o efeito personificador, em que uma entidade extra-humana chamada “crise” (a qual “recomenda”) ganha vida; por outro, temos a reificação desta, visto implicar um processo transcendente que determinaria a ação das pessoas, ou seja, algo que ocorreria a despeito das relações de poder, dos interesses em jogo defendidos por grupos sociais diferenciados, do protagonismo dos atores (nem que seja como espectadores, visto serem uma espécie de protagonista) e da sua atuação em diferentes cenários políticos. Assim, como se estivéssemos diante de fatos objetivos que atuam e provocam resultados que independem da ação humana (visto estarem fora do nosso alcance), o máximo que podemos fazer será nos preparar da melhor forma possível (e bem ao estilo causa-efeito, ação-reação linear, que os holistas e sistematistas tanto criticam) para responder e enfrentar o imperativo, as exigências e a crise<sup>17</sup>.

Já sobre o procedimento reificador, de saída ele permite, como ocorre com qualquer artefato, que expressões criadas para explicar determinado fenômeno virem instrumentos à disposição de quem as usa. E aqui é preciso, antes de continuar, reconhecer que Caporal, Ramos, Costabeber e Costa Gomes parecem ter ciência de que (sobretudo no caso da “agroecologia”, “ciência agroecológica” e “Nova Ater”) tratar-se-ia de um “processo de construção coletiva”, uma “construção social” e uma “construção histórica”<sup>18</sup>. Contudo, a despeito desse entendimento, ao analisarmos de perto o modo como lidam na prática com

<sup>17</sup> Ainda sobre esta personificação, não sei se alguém já observou, não só na Pnater, mas em inúmeras publicações sobre extensão rural, “Nova Ater”, “Agroecologia”, “Revolução Verde” e “Agricultura Convencional” surgem literalmente fazendo alguma coisa: enquanto a primeira “fornece”, “se nutre”, “possui”, “assume”, “articula”, “pretende”, “propõe” e “busca”, a segunda “nasce”, “atua”, “exige” e “contribui”, a terceira “consome” e a última “destrói” (expressões retiradas de Costa Gomes, 2004; Canrobert, 2004; Caporal e Costabeber, 2000, p.112; Caporal, 2003; Froehlich, 2004; Dal Soglio, 2004; e Brasil, 2004). Por outro lado, é sintomático que, tal como nomes próprios usados pelas pessoas em geral, tanto no texto da Pnater quanto em diversas publicações, as expressões acima são grafadas com a primeira letra maiúscula (no caso da palavra “agroecologia”, isso inclui todos os artigos mencionados acima), o que, indiretamente, tende a ocultar ainda mais os sujeitos que estariam por trás de ações que, inadvertidamente, são imputadas a estas expressões.

<sup>18</sup> A alusão aos termos “em construção” ou “construído” é recorrente nas publicações destes últimos. Apenas como ilustração, cito algumas. Caporal e Ramos (2006, p.3), por exemplo, fazem uso de uma citação de Röling (1995) sobre enfoques sistêmicos, o qual afirma que o ponto central destes “é a aceitação de que a realidade é socialmente construída”; já Caporal e Costabeber (2002) têm um artigo específico intitulado “Construindo uma nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul”; e Caporal (2003, p.5), no artigo sobre “As bases para uma Nova Ater pública”, reconhece: “a Nova ATER pública precisa tratar os temas da sustentabilidade e da agricultura desde a perspectiva de uma ‘construção social’”; por fim, Costa Gomes, em artigo também já citado, defende que “a ciência agroecológica, como toda construção histórica, pressupõe mecanismos de controle da sociedade” (Costa Gomes, 2004, p.23)

estas expressões, todos as tratam (mas, também, “revolução verde”, “modernização conservadora”) como se fossem algo cujos significados e significações estivessem dados desde sempre. É assim que “agroecologia” deixa então de ser resultado de uma construção coletiva e, igualmente, “revolução verde” de um processo histórico para virarem, literalmente, algo concreto e que existe por si mesmo numa imaginária realidade objetiva.

Primeiro, “Agroecologia” e “Revolução Verde” surgem como entidades vivas (fetichizadas, diriam Adorno e Horkheimer, 1985). Enquanto a “revolução verde” cria vida e leva os agricultores (para o mal) a “agroecologia” cria vida e os direciona (para o bem). Ocorre que, ao operacionalizar e instrumentalizar (ainda que discursivamente) uma noção abstrata como “agroecologia”, deixa-se de contribuir para sua significação (ou seja, de lhe conferir significados) e passa-se a servir a ela, isto é, ao invés de controlar o conceito, nos deixamos dominar por ele. E é justamente aí que entra em cena sua personificação, com “a agroecologia”, de forma independente do fazer e do pensar do sujeito que escreve, podendo agora “articular”, “buscar”, “fornecer” e assim por diante. Aquilo que foi imaginado em construção (prática, ciência, enfoque, paradigma, abordagem, todas “agroecológicas”) passa a existir a revelia dos seus criadores. Tal como ocorre com a santificação da “Nova Ater”, daí até a beatificação da “Agroecologia”, não só no texto da Pnater, mas em publicações de Caporal, Costabeber, Costa Gomes, Ramos e outros especialistas, não vai muita distância. Vejamos então de perto algumas implicações resultantes da incorporação deste “enfoque agroecológico” como “diretriz” na Pnater.

### **A tautologia da “transição” na “agroecologização” da Pnater: repetir uma profecia para fortalecer sua aceitação**

Seguindo a lógica argumentativa dicotômica já vista, quando alguns autores começam a falar em “agroecologia”, logo algum alterego que lhe faça contraponto vem à tona. Froehlich (ver ano, p.128), por exemplo, argumenta: “os conhecimentos e práticas (...) no âmbito da Agroecologia **partem de uma ‘crítica’**, no mais das vezes negativa, aos conhecimentos e práticas difundidos pela chamada ‘**agricultura moderna**’”; e, logo adiante, o autor repete mais uma vez: “as reflexões teóricas sobre Agroecologia constituem-se, atualmente, **num dos âmbitos** em que mais têm vicejado críticas às concepções epistemológicas da ciência e da **agricultura moderna**”. Eis aí um dos inimigos para o “âmbito” dos adeptos do “paradigma agroecológico”.

O mesmo ocorre quando diversos especialistas tentam conceituar “Agroecologia” como “disciplina científica”. Também aqui ela terá seu par antagônico. É o caso de Costa Gomes (2004, p.22-23), que, ao definir “ciência agroecológica”, inicia descrevendo o que ela teria de diferente em relação à “ciência convencional”. Assim, num mesmo parágrafo, escreve: “**ao contrário da ciência convencional** a ciência agroecológica não sacraliza o método científico (...). **Ao contrário da ciência convencional** na Agroecologia não interessa apenas a maximização dos fatores (...). **Ao contrário da ciência convencional**, na ciência agroecológica não pretendemos a obtenção de um conhecimento neutro e de caráter universal”. Traduzindo, se invertermos o que diz a “ciência convencional”, teremos ao final a “ciência agroecológica”.

Por fim, tomemos ainda um texto “de apoio” específico, chamado: “Agroecologia e sustentabilidade: base conceitual para uma nova Extensão Rural”, apresentando no ano 2000 por José Antônio Costabeber e Francisco Roberto Caporal no X Congresso Mundial de Sociologia. Seguindo a dinâmica discursiva já explicitada aqui, os autores apresentam inicialmente aquilo que visam combater (“corrente ecotecnocrática”, “Revolução Verde”, “esverdeamento da economia”) e, claro, arregimentam alguns aliados (leia-se, os pesquisadores O’Conoor, Arturo Escobar e Inacy Sachs) para reforçar sua posição próxima a uma outra “corrente” (“ecossocial”), a qual se alinham. Sobre esta, coincidentemente, vemos mais uma vez, como no caso da Pnater, o culto ao “novo” quando apontam que ela reivindica

“um **novo** pacto de solidariedade, objetivando um **novo** projeto histórico e **novos** rumos nas estratégias de desenvolvimento”. Eis aí uma das sementes que iria dar origem ao texto da Pnater (aliás, no artigo em questão, também de forma repetitiva, aparece inúmeras vezes a expressão “Nova Extensão Rural” que, depois, viraria “Nova Ater”).

Mas de todas as semelhanças entre as proposições deste artigo e o teor das orientações que constam na Pnater, a mais proeminente refere-se à “agroecologia”. Logo na introdução os autores afirmam que seu trabalho “defende a adoção da Agroecologia como **paradigma diretivo** da ação extensionista” (*ib idem*, p.2). Mais adiante, asseveram Costabeber e Caporal: “a **Agroecologia oferece ferramentas** importantes para subsidiar a intervenção da Nova Extensão Rural [depois, Nova Ater] e a promoção do desenvolvimento rural sustentável” (2000, p.8).

De fato, tal “diretiva” (junto com suas “ferramentas”) foi totalmente incorporada à Pnater, aliás, a ponto do “enfoque agroecológico” constar no corpo do texto como um “objetivo dos serviços públicos de Ater”, os quais deveriam, segundo consta, “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável (...) adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (Brasil, 2004, p. ver). Da mesma forma, tal “paradigma diretivo” encontra-se entre as “orientações estratégicas para as ações da Ater pública”, onde se lê que esta deveria “orientar a construção de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável norteados pelos princípios da Agroecologia, considerando a amplitude conceitual deste novo enfoque científico” (Brasil, 2004, p. ver).

Por outro lado, quando o assunto refere-se especificamente à “agroecologia”, é também comum encontrarmos a lógica discursiva circular aqui já descrita. Dou dois exemplos. Primeiro, tomemos a definição de Caporal e Ramos (2006, p.5) para o que chamam de “Extensão Rural Agroecológica”, a qual conceituam como “um processo de intervenção de caráter educativo e transformador (...) com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”. Ora, se cortarmos os apostos que tendem a confundir o leitor (são vários, pois alguns estão ocultos pelas minhas reticências), o que os autores dizem de fato é: “a Extensão Rural Agroecológica é um processo (...) [que tem] o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento (...) [que adota] os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”.

Já no item “Como conclusão” de outro artigo de Caporal (2003, p.11) sobre as “Bases para uma Nova Ater”, é visível tanto a tautologia discursiva circular como a reificação-personificação da entidade-objeto “crise”, onde lemos: “estas mudanças se darão no marco de uma complexa **transição ocasionada pela crise sócio-ambiental** do modelo de desenvolvimento convencional o que indica a construção de uma **nova visão** de mundo e **novas opções por parte da sociedade**, que devem ser acompanhadas pelos profissionais da extensão rural”.

Tanto no texto de Caporal citado como no artigo de Costabeber e Caporal (2000), há uma fortíssima semelhança com as proposições contidas na Pnater. Neste último, por exemplo, quase como se estivéssemos lendo o texto da Pnater, afirmavam os autores quatro anos antes de sua publicação: “um novo estilo de desenvolvimento rural exige uma Extensão Rural Agroecológica e um novo profissionalismo” (*ib idem*, 2000, p.2). Mas a proximidade não pára por aí. No caso do “novo paradigma diretivo”, outra sobreposição entre as duas publicações diz respeito à idéia de que estaríamos diante de uma “transição agroecológica”.

Na Pnater lemos a certa altura: “de fato, a transição agroecológica que já vem ocorrendo em várias regiões (...)” (Brasil, 2004, p.6). Da mesma forma, o texto menciona uma “passagem”, que estaria em curso, na direção de “estilos sustentáveis de produção” (expressão que aparece como sinônimo de “agricultura agroecológica”), o que significaria, por sua vez, que “os serviços de Ater devem incorporar (...) estratégias que levem (...) à transição a estilos

sustentáveis de produção” (Brasil, 2004, p.12). Mais uma vez, um enunciado que volta ao ponto de partida: a passagem para “estilos sustentáveis de produção” determina que “os serviços de Ater” incorpore estratégias que “levem a transição a estilos sustentáveis de produção”.

Além disso, há uma clara proximidade entre as “orientações” da Pnater com o que recomendava Caporal, em 2003, quando falava das “Bases para uma Nova Ater”. Como o trecho reproduzido no parágrafo anterior em que se afirma que “a crise sócio-ambiental” ocasionaria (ou seja, causaria, levaria a) uma “complexa transição” do “modelo de desenvolvimento convencional”.

A crença na concepção de que estaríamos vivenciando uma “transição agroecológica” é tão forte no documento da Pnater que há nele um item específico denominado “capacitação para a transição” (Brasil, 2004, p.21). O que é perfeitamente compreensível, tendo em vista a necessidade de se preparar os discípulos (leia-se, os extensionistas) da vinda da “Agroecologia” para que possam “animar” e “facilitar” aos agricultores (enquanto potenciais fiéis ou adeptos desta) seu processo de mudança para “estilos produtivos agroecológicos”. Não é preciso dizer que as “orientações”, “objetivos” e “diretivas” voltadas ao culto da “Agroecologia” estavam presentes no artigo escrito por Costabeber e Caporal em 2000.

Se não, vejamos. Começemos com uma frase que viria a ser mimetizada pelos redatores da Pnater: “com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, a Agroecologia proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição a estilos de agricultura sustentável (...)” (*ib idem*, p.9). Segundo a cansativa tautologia retórica da frase, “implantar estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade”, via “Agroecologia”, garantiria a “transição a estilos de agricultura sustentável”.

De fato, quando o assunto refere-se especificamente à “agroecologia”, é também comum encontrarmos o padrão discursiva circular aqui já descrito. Dou mais dois exemplos. Primeiro, tomemos a definição de Caporal e Ramos (2006, p.5) para o que chamam de “Extensão Rural Agroecológica”, a qual conceituam como “um processo de intervenção de caráter educativo e transformador (...) com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”. Ora, se cortarmos os apostos que tendem a confundir o leitor (são vários, pois alguns estão ocultos pelas minhas reticências), o que os autores dizem de fato é: “a Extensão Rural Agroecológica é um processo (...) [que tem] o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento (...) [que adota] os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”.

Já no item “Como conclusão” de outro artigo de Caporal (2003, p.11) sobre as “Bases para uma nova Ater”, é visível tanto a tautologia discursiva circular como a reificação-personificação da entidade-objeto “crise”, onde lemos: “estas mudanças se darão no marco de uma complexa **transição ocasionada pela crise sócio-ambiental** do modelo de desenvolvimento convencional o que indica a construção de uma **nova visão** de mundo e **novas opções por parte da sociedade**, que devem ser acompanhadas pelos profissionais da extensão rural”. Porém, reproduzo este trecho como mote para discutir a afirmação de que “a crise sócio-ambiental” ocasionaria (ou seja, causaria, levaria a) uma “complexa transição” do “modelo de desenvolvimento convencional”.

Mas é na profecia sobre a iminente “transição da agricultura convencional para estilos de produção com base ecológica” (*ib idem*, p.11) que artigos escritos por autores como Costabeber, Caporal, Ramos e Costa Gomes possuem talvez a proximidade narrativa mais evidente com o texto da Pnater. Vejamos então como os dois primeiros constroem a profecia da chegada da “Agroecologia”. Primeiro, identificam uma outra passagem, anterior a atual:

a primeira transição da agricultura no século XX (...) representada pela passagem da agricultura tradicional para a agricultura baseada em insumos industriais, mais conhecida como agricultura moderna (...). Esse processo de mudança [do tradicional para o moderno] foi relativamente longo, tendo iniciado no final do século XIX, ainda que o principal fenômeno que marca esta transição tenha ficado conhecido como Revolução Verde (Costabeber e Caporal, 2000, 12).

Em princípio, tal procedimento não parece ser muito problemático, visto que a prática de classificar o passado a partir de fases ou etapas é um cacoete arraigado em inúmeras culturas, sobretudo, a nossa. Com efeito, se poderia dizer que o que os autores identificam acima segue uma lógica mais ou menos similar ao que historiadores propuseram em relação à passagem do feudalismo para a modernidade. Assim, analogamente ao período renascentista (transição do primeiro para o segundo tipo de organização social), na agricultura ocidental teria ocorrido um momento de transição (“iniciado no final do século XIX” e “marcado” pela “Revolução Verde”) entre uma “agricultura tradicional” (que faz às vezes do período medieval) para a “agricultura moderna” (que entra no lugar da idade moderna).

Contudo, este procedimento começa a ficar complicado de ser aceito quando se joga esta mesma forma de pensar o passado com o objetivo de profetizar o futuro. Pela tese dos autores, “atualmente, a agricultura mundial estaria experimentando um novo processo de transição, tendo como essência o processo de ecologização”. Embora reconheçam que esta “ecologização da agricultura não necessariamente seguirá um processo unilinear, sendo mais possível que ocorram distintas vias da transição que incorporem diferentes enfoques de ecologização”<sup>19</sup>, a frase seguinte, porém, denuncia a idéia central que está sendo sustentada. Afirmam então Caporal e Costabeber: “imaginadas ao longo de um *continuum* teríamos, mais perto de um dos pólos, as formas de intensificação verde (...), próximas ao padrão tecnológico dominante (...). Nas proximidades do pólo oposto do *continuum*, se situariam as formas de agricultura ditas *alternativas* (...), mais afastada daquela que apóia o modelo agroquímico”<sup>20</sup> (Costabeber e Caporal, 2000, p.13). Por fim, em seguida concluem, agora já incluindo o papel da “Nova Extensão Rural” no “processo de transição”:

feitas estas considerações, **temos a transição como a passagem** do modelo produtivista convencional a estilos de produção mais complexos (...). Neste contexto, e tendo presente a Nova Extensão Rural, a **transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança**, através do tempo (...), uma mudança gradual **nas atitudes e valores** dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (...).

Como vemos, o texto acima já anunciava, em 2000, aquilo que a Pnater iria incorporar posteriormente. A saber, a idéia de que, dentro do referido *continuum* temporal, a “transição” talvez não venha a ser um “processo” fácil de ser alcançado, pois vários caminhos deverão ser tentados, contudo, a chegada da “Agroecologia”, a qual estaria “em processo gradual” de consolidação, já está lá anunciada, no caso, ocupando o outro “pólo” do *continuum*. Por outro lado, o “processo de transição” ganha conotação no texto próxima ao que a igreja católica chama de “pena” a ser cumprida, isto é, uma espécie de sofrimento pelo qual os que almejam o paraíso (no caso, a “Agroecologia”) devem passar ao longo de suas vidas terrenas. Assim, cumprida a “transição” (ao invés de uma vida terrena cheia de provações, a “passagem” por “diferentes enfoques de ecologização”), chegaríamos então ao tão sonhado “paradigma agroecológico”.

Três anos depois, Caporal (2003) preparou outro texto já citado e que, como disse, recebeu o sugestivo título de “Bases para uma nova Ater pública”. Aqui é ainda mais explícito este tipo de pregação. E digo sugestivo devido ao contexto da época, pois, apesar de ter sido

<sup>19</sup> Só para não deixar passar, olha aí mais uma vez o viés tautológico da argumentação: “ecologização da agricultura” que deverá incorporar “enfoques de ecologização”.

<sup>20</sup> Curiosamente destoando de todo o restante do texto, onde preferem adotar sempre o futuro do presente como tempo verbal, neste pequeno trecho os autores usam duas vezes o futuro do pretérito. Contudo, apesar do efeito suspensivo do verbo “teríamos” e da forma verbal composta “estaria experimentando”, provocam uma pequena confusãozinha na cabeça do leitor ao escrever, entre um e outro, “não necessariamente seguirá”.

redigido com base num capítulo específico de sua tese de doutorado, ele surge justamente durante o processo de discussão da Pnater nos níveis local, regional, estadual e nacional. Mas, voltando ao que interessa aqui, em determinado momento deste texto, Caporal iria sentenciar: “parece que a intensificação verde será a estratégia dominante ainda por algum tempo (...) [porém,] a tendência a agroecologização, baseada na orientação epistemológica da Agroecologia, **deverá prevalecer** como estratégia para a transição agroecológica dos agricultores familiares” (2003, p.3). E, já nas conclusões, sempre com o tempo verbal bíblico apropriado, cita Pearce (1996) para declarar: “**a transição** para o desenvolvimento sustentável [o qual, para o autor, deve ser agroecológico] **será um processo** político intenso porque **criará na sociedade** um novo quadro de ganhadores e perdedores’ e, como constatamos, as agências públicas de extensão rural estarão no meio deste processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra” (Caporal, 2003, p. ver).

Fiúza *et. al.* (2007, p.27) notaram este caráter de profético por trás das diretrizes fixadas pela Pnater em 2004 e, também, no texto de Caporal e Ramos (2006) quando argumentam que diversos especialistas e profissionais da área que almejam uma “transição agroecológica” adotam “um discurso messiânico de que a sustentabilidade da agricultura só pode ser alcançada através de determinado direcionamento agrícola, no caso o agroecológico”.

De todo modo, sobre a “transição”, esta idéia é problemática, sobretudo, devido ao sentido de inexorabilidade que tende a transmitir. Uma coisa é, tal como o fizeram pensadores do século XVIII e XIX ao interpretarem o renascimento como uma “transição” do feudalismo para a modernidade, afirmar que teríamos vivenciado, durante o século XX, uma “passagem” da “agricultura tradicional” para a “agricultura moderna”. Tal proposição já poderia ser motivo de crítica ou, no mínimo, relativização, contudo, procedimento bem diferente (e extremamente questionável) ocorre quando passamos a profetizar o futuro, por exemplo, ao anunciar, sem meias palavras, que “a agroecologização, baseada na orientação epistemológica da agroecologia, deverá prevalecer como estratégia para a transição agroecológica”.

Além da fraqueza deste tipo de argumentação circular (do tipo: a “Agroecologia”, enquanto força suprema, desencadeará uma “transição agroecológica” que, por sua vez, levará a “agroecologização”), já vimos como este tipo de pensamento pode gerar conseqüências não tão interessantes, no mínimo, em relação à democratização e horizontalização de processos decisórios de todo tipo, podendo levar a autoritarismos de toda ordem. Já no início do século XX, Lenin havia decretado, mais ou menos como o faz Caporal, Costabeber e seguidores em relação à “agricultura convencional”, a morte iminente das sociedades capitalistas, sendo que o comunismo só seria atingido depois de uma fase de “transição” pelo socialismo. Da mesma forma, vários marxistas ao longo do século passado se apressaram em apresentar “indicadores” (como os “sinais” vistos pelos profetas do velho testamento) que comprovariam a iminente ruína do capitalismo em direção ao comunismo.

Ademais, o próprio trecho da Pnater, aqui já citado, o qual fala na “transição agroecológica que já vem ocorrendo em várias regiões”, poderia ser comparado à euforia coletiva que tomou conta de muitos depois da “revolução de outubro”, na Rússia, visto ser comum então afirmar-se que, em “várias regiões” do planeta, levantes socialistas já estavam ocorrendo, o que, por sua vez, seria um indício da derrocada do sistema capitalista. Assim, do mesmo modo que foram definidas as experiências socialistas em muitos países ao longo do século XX (um prenúncio ou preparação ao comunismo), as tais “formas de agricultura ditas *alternativas*” seriam como os primeiros ensaios em direção a um sonhado “paradigma Agroecológico”.

No caso da “evangelização agroecológica”, como viria o comunismo para muitos adeptos de um marxismo vulgar do século passado, agora quem virá será o “novo paradigma agroecológico”. Da mesma forma, como as próprias contradições do capitalismo levariam,

segundo não poucos pensadores do nosso passado recente, ao comunismo (passando pelas experiências socialistas, sempre transitórias), as próprias contradições da “agricultura convencional” conduziram à “agricultura agroecológica”. Neste caso, a “crise socioambiental”, o “imperativo ecológico”, “as exigências da sociedade” e as experiências “alternativas” na agricultura dos anos 1980 poderiam ser vistos como indicadores ou sinais de que já estaríamos num período de “transição” bem adiantado.

Por fim, como no sistema comunista a sociedade global se libertaria da alienação do trabalho e da exploração da mais-valia, no paradigma “agroecológico”, os agricultores (“agroecológicos”) se libertariam da alienação propiciada pelo “fetiche produtivista” e da exploração mercantilista dada pela relação de dependência que estabelecem com complexos agroindustriais a jusante e montante dos processos produtivos na agricultura. Em suma, como no comunismo haveria uma emancipação da humanidade, visto que cada um teria o controle e a consciência sob todo o funcionamento dos processos sociais que envolvem a produção material, o advento da “Agroecologia” permitira aos agricultores se tornarem sujeitos autônomos, visto que teriam, além da “consciência agroecológica”, o controle sobre seus os processos produtivos que estivessem envolvidos.

Bom, em um ponto concordo plenamente com o autor: as agências públicas não passarão “de forma neutra” “pelos processos políticos” que virão pela frente, só tenho sérias dúvidas de que, entre estes processos, o fim da tão sonhada “transição agroecológica” nos conduza a salvação através da consolidação imaginária de um hegemônico “paradigma agroecológico”. Mas, se caso ele estiver, ainda assim não há garantia quanto a alguns de seus resultados, visto que o sentido positivo de via única que alguns de seus defensores procuram sempre a ele associar talvez não seja tão auspicioso assim. E aqui me alio às inquietações de Fiúza *et. al.* (2007, p.23) quando colocam em dúvida “se a mudança de orientação de um modelo produtivista de intervenção para outro agroecológico terá possibilitado a construção de um processo de mediação perante os agricultores ou se tal mudança continua a perpetuar um parâmetro tutelar de extensão rural”. Da mesma forma, faço coro às suas críticas em relação à inclusão de uma “orientação” específica, no caso, dita agroecológica, como diretriz de uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: “estariam as possibilidades de desenvolvimento social dos agricultores familiares vinculadas a um modelo específico, no caso, o agroecológico? E, ainda, pode-se tomar determinado modelo de agricultura, produtivista ou agroecológico, como uma variável determinante para a promoção do desenvolvimento social sustentável dos agricultores familiares?” (Fiúza *et. al.*, 2007, p.24).

Confesso não ter resposta a estas perguntas, mas uma leve suspeita ronda minha mente faz alguns anos: o risco de que, no futuro, acabarmos impondo, agora “holística” e “participativamente”, outro “pacote” etnocêntrico aos interlocutores rurais com os quais interagem os extensionistas. A despeito de um “pacote” (ou seja, um conjunto de princípios e valores morais que visam mudar uma realidade) poder não ser apenas “tecnológico” (como o são aqueles caracterizados como “convencionais”), isso não quer dizer que ele seja intrinsecamente benéfico àqueles que são motivo de intervenção por parte das agências de extensão.

## **Bibliografia**

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M.. *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CANROBERT, C. N. Discutindo referenciais para a construção de saberes socioambientais . Sociologia e desenvolvimento rural sustentável: a alternativa agroeco-socio-lógica. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

CAPORAL, F. R. . Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FAKEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Org.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008, v. 1, p. 895-929..

\_\_\_\_\_. Bases para uma nova ater pública. Santa Maria: UFSM, 2003.

\_\_\_\_\_. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: UFSM, 1991.

CAPORAL, F. R. ; COSTABEBER, José Antônio . Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. In.: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 10-15, 2002.

CAPORAL, F. R. ; COSTABEBER, José Antônio . Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Hugo Vela. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Ed Pallotti, 2003, v. 1, p. 157-194.

CAPORAL, F. R. ; COSTABEBER, José Antônio . Agroecology and sustainability: a conceptual basis for a new rural extension. In: *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro : ISRA, 2000. p. 251-251.

CAPORAL, F. R. e RAMOS. L. F. Da extensão rural rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In.: MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. A (Org). *Agricultura Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém, UFPA: NAEA, 2006, p. 27-50.

COSTA GOMES, J. C. Ciência agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

DAL SOGLIO, F. Como avançar a agricultura ecológica para além da substituição de insumos. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. Por que a “nova ater” não sai do papel ? uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária. In.: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Londrina/PR: UEL, 2007

FIÚZA *et. al.*. A politização da agroecologia: uma reflexão crítica. In.: *Revista Oikos*. V.18, n.2, p. 22-28. Viçosa, 2007.

FROELICH, J. M. Discutindo referenciais na construção de saberes socioambientais. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). *Agroecologia: conquistando a soberania alimentar*. Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

GERHARDT, Cleyton; Almeida, Jalcione. Extensão Rural no Processo de Transformação da Agricultura e na Busca de Alternativas para o Desenvolvimento Rural. In: *X Salão De Iniciação Científica Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul*. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

NEVES, Delma Pesanha. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. In.: *Cadernos Difusão Tecnológica*, V. 4; n.3 – p.343-367. Brasília, 1987.

RAMOS, A. Política nacional de assistência técnica e extensão rural no Brasil: avanços e desafios. In.: *VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural*. Quito, 2006.

RAMOS, J. R. A extensão oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In.: *VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural*. Quito, 2006.

Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. 2006

RÖLING, n. Whe needs extension anyway? Comunicação feita no 12º Extension Education, Grecia, 1995. Mimeografado. 14 p.

SOUSA, P. M. *Extensão rural*. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCTA, 2005.